

UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA EM CONTRAPONTO OS DITAMES DO SISTEMA CAPITALISTA

MACEDO, Rafael Vieira¹

CAVALHEIRO, Silvia Aparecida²

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de pesquisa a Educação do Movimento Sem Terra, colocando como contraponto os ditames da Educação Capitalista. Para realização do estudo utilizou-se documentos oficiais, livros de autores conhecedores do assunto para balizar o tema e expor como o mesmo deve ser abordado na construção e aprimoramento de novas políticas públicas educacionais que fomentem o desenvolvimento social e consequentemente, possibilitem a todas as classes acessarem uma educação de qualidade, e que esta preencha as lacunas da desigualdade social que permeiam o sistema capitalista, permitindo assim, que os sujeitos que se encontram à margem da sociedade ascendam e se apropriem aos mais altos níveis sociais e culturais. O Estado, então, assume o papel preponderante, embasando em políticas públicas que equalizem a sociedade e possibilitem o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Entretanto, os Movimentos Sociais assumem o papel de destaque, pelas características organizativas de questionamento social, buscando a igualdade e equidade de acesso ao bem-estar social, sendo então, o MST um Movimento social que tem como primazia formar seus militantes, para que possam provocar a burguesia e mudar a realidade social do proletariado.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. MST. Políticas Públicas. Estado Capitalista.

A STUDY ON THE EDUCATION OF THE LANDLESS MOVEMENT IN CONTRAPOINT THE DITAMES OF THE CAPITALIST SYSTEM

ABSTRACT

The present article has as object of research the Education of the Landless Movement, placing as counterpoint the dictates of Capitalist Education. In order to carry out the study, we used official documents, books by authors who are knowledgeable about the subject, and to explain how it should be approached in the construction and improvement of new public educational policies that foster social development and, consequently, make it possible for all classes to access quality education and to fill the gaps in social inequality that permeate the capitalist system, thus enabling those on the margins of society to ascend and appropriate themselves at the highest social and cultural levels. The State, then, assumes the preponderant role, basing on public policies that equalize the society and enable the confrontation of social

¹Acadêmico do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. rafa.macedo_@outlook.com.

²Orientadora. Especialista e Docente do Centro Universitário Assis Gurgacz-FAG. profesilviafag@fag.edu.br.

vulnerabilities. However, the Social Movements assume a prominent role, due to the organizational characteristics of social questioning, seeking equality and equity of access to social welfare, and the MST is a social Movement that has as a priority to train its militants, so that they can provoke the bourgeoisie and change the social reality of the proletariat.

KEYWORDS: School. MST. Public Policies. Capitalist State.

1 INTRODUÇÃO

É tipicamente parte da sociedade brasileira a exclusão educacional, cultural e política, então, nesta dialética da formação de sujeitos críticos, emancipados e questionadores da sua própria realidade, a Educação surge paulatinamente como uma prática desafiadora para a construção de uma Educação como prática libertadora, liberdade esta que possibilite aos seus indivíduos buscar soluções para a transformação do bem-estar social, considerando que o exercício da emancipação dos sujeitos ocorre nos meios escolares.

Assim, a Educação é um elemento essencial para o desenvolvimento do sujeito, podendo tornar-se instrumento de reflexão para atender as dinâmicas sociais. Instrumento este que, em um viés crítico-reflexivo demanda em sua construção, a consideração de aspectos sociais, econômicos e políticos, bem como, o entendimento das determinações e contradições do modelo socioeconômico vigente.

Neste sentido, o desenvolvimento deste processo reflexivo, torna-se importante para que seja possível tecer uma crítica acerca dos fatos que compõe o sistema escolar e consequentemente, o processo educativo, que teoricamente tem a função de preconizar a formação da população não apenas para o mercado do trabalho, mas sim para a vida, formando sujeitos emancipados socialmente, críticos e questionadores da sua própria existência, sendo capazes de promover mudanças em sua realidade social que possibilitem perceber o processo de alienação imposto pela sociedade hegemônica.

2 DESENVOLVIMENTO

Os espaços de ação por meio da Educação crítica-emancipatória libertam os indivíduos da hegemonia socialmente dominante, permitindo a este sujeito construir a sua própria concepção de autonomia, respeito, equidade e igualdade, possibilitando que os sujeitos se tornem críticos e questionadores da realidade. Os fartos estudos da atualidade no que concerne a área educacional buscam desvelar inúmeros caminhos para a Educação

Brasileira, estudos que apresentam como ponto de partida a inquirição das condições em que se estrutura a sociedade.

Assim, não se trata apenas de estruturar um modelo de Educação eficiente que disponha de imensuráveis recursos tecnológicos e metodológicos, se neste processo conservar-se o modelo estrutural ultrapassado e vigente em nossa sociedade, que segundo Mészáros (2008):

[...] é por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consciente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito (MÉSZÁROS, 2008, p.35).

Para que ocorra uma mudança radical na Educação conforme proposto por Mészáros (2008), e que a mesma tenha significado para a vida social dos sujeitos, primeiramente esta deverá romper com as barreiras supracitadas, para que a partir da conscientização dos problemas estruturantes da Educação, a mesma seja planejada e reestruturada formando-se um novo sistema Educacional eficiente.

De acordo com Saviani (1994, p.15), as teorias educacionais se classificam em dois grupos distintos, nos quais cada um dispõe e organiza seus objetivos de formas antagônicas para com a sociedade, assim “num primeiro grupo, tem-se aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade”.

Por meio desta teoria, configura-se um modelo educacional no qual os indivíduos ascendem de forma harmônica, embasados no conceito sobredito, agregando-se de forma homogênea a todos os indivíduos, mantendo seus objetivos de justiça social de equiparação social, até que sejam superadas todas as vulnerabilidades que envolvem o meio ao qual está inserida, e quando necessário intensificar todos os seus esforços educativos direcionados a superação de vulnerabilidades, possibilitando aos indivíduos elevar assim o nível socioeconômico, cultural, cognitivo e intelectual por meio de processos educacionais eficientes.

Destaca-se também em um segundo grupo, o qual teoriza o sistema educacional destoante do aludido no qual se percebe fortemente a influência do sistema capitalista, desse modo Saviani (1994, p.15) destaca que “num segundo grupo, estão às teorias que entendem a educação um instrumento de discriminação social, logo um fator de marginalização”.

Este grupo aproxima-se da atual conjuntura social e educacional a que vivemos, na qual é substancialmente marcada pela divisão e luta de classes, seu suporte está relacionado a

base de sua força, a qual se manifesta pelos meios de produção, que conseqüentemente, cria as lutas e as desigualdades entre as classes.

Conseqüentemente, o segundo grupo caracteriza e materializa a atual conjuntura social e educacional, reproduzindo assim valores, métodos e consciências alienadas ao capital, que por conter seu caráter de segregação, individualidade e limitação das possibilidades de ascensão social mantendo-se hegemônico, estabelece e mantém como possibilidade ao proletariado. Segundo Faleiros (1987):

[...] as desigualdades sociais, estabelecendo mercados paralelos pra as diferentes classes sociais. Assim encontramos uma escola para a burguesia, de qualidade e quantidade distintas das possibilidades de escolarização para a classe operária. A medicina dos ricos é distinta da medicina dos pobres. O mercado acessível ao proletariado para aquisição de valores de uso mantém o proletariado como tal. Nestes mercados ou nesses corredores de consumo, a intervenção do Estado cria valores de uso distintos dará diferentes classes, permitindo a reprodução imediata de forças de trabalho e a reprodução global das relações sociais (FALEIROS, 1987, p.37).

Para que seja possível tecer uma análise crítica e reflexiva no que concernem os fatos sociais que constituem a escola, que é composta por diferentes indivíduos, e que carregam consigo inúmeras características, que quando alcançados os objetivos reais de emancipação instrumentam as lutas sociais na garantia por direitos e pela justiça social.

Assim, por sua vez proporciona aos homens compreender os movimentos articuladores que a sociedade expressa, tomando ciência da sua própria reprodução, bem como, compreender de que forma as políticas sociais afetam ou não a sociedade, desta forma segundo Mészáros (2008):

Espera-se, confiantemente, que esteja próximo o tempo em que o homem, por ignorância, não mais afligirá um sofrimento desnecessário sobre o homem; porque a maioria da humanidade se tornará esclarecida, e irá discernir claramente que ao agir assim inevitavelmente criará sofrimento para si próprio (MÉSZARÓS, 2008, p.31).

Neste contexto, é através da Educação que os indivíduos se libertam da classe dominante rompendo a lógica do capital, possibilitando a construção de uma nova perspectiva social, através da ampliação das percepções de mundo deste sujeito, a qual possibilitará construir as suas próprias concepções de autonomia, criticidade, respeito, igualdade e fraternidade, lutando pelos seus próprios ideais frente à hegemonia social, que reprime, segregam e excluem.

Assim, segundo Mészáros (1930, p.39) “naturalmente, nem mesmo os altamente responsáveis pensadores da classe dominante iriam adotar uma atitude que divergisse do

modo cruel de subjugar aqueles que devem ser mantidos sob mais estrito controle, no interesse da ordem estabelecida”. Desta forma, a formação educacional para a população de base objetiva basicamente alienar e tornar submissos os sujeitos a classe dominante, outrora a emancipação da classe trabalhadora e necessária, porém vislumbrar tal possibilidade de emancipação, não é interessante para os burgueses, pois quando o sujeito passa a questionar e criticar o sistema, a hegemonia que o controla perde a força de dominação.

Entretanto, o Estado por se estruturar em aparelhos ideológicos que o impede de fazer reformas estruturais, para que seja possível ultrapassar a sua própria lógica esta impedida por sua vez pelas intenções dos seus gestores que em sua maioria são burgueses e defendem seus interesses, os quais interferem e impedem que tais reformas sejam feitas nas estruturas do Estado. Pois, se tais reformas forem realizadas ultrapassarão o capital e consecutivamente equalizará a sociedade.

Desta forma, o Estado, para conter as massas populares, sem que os mesmos questionem a própria realidade social, estimula e produz políticas que atendam as necessidades básicas para que a reprodução de mão de obra não continue linear e sem qualquer questionamento de mudança, estabelece e proporciona políticas de sobrevivência básicas para arrefecer as massas populares, criando ideologias de um falso bem-estar social.

Segundo Althusser (1992):

A escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensina saberes práticos, mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou manejo da prática desta. Todos agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos profissionais da ideologia, devem estar de uma maneira ou de outra, penetrados desta ideologia para desempenharem conscienciosamente a sua tarefa - quer de exploradores (o proletários), quer de exploradores (os capitalistas) (ALTHUSSER, 1992. p.22).

Não obstante, o Marxista contemporâneo Faleiros (1987) destaca que o Estado por ser comandado pela burguesia hegemônica, e por consequência comandar todos os aparelhos ideológicos que o compõe, estabelece políticas básicas, apenas para a sobrevivência, reprodução e manutenção do bem-estar social, garantindo assim, mão de obra qualificada apenas para atuarem no chão de fábrica, reproduzindo à geração apenas uma visão limitada da sociedade.

Desta forma, o autor Faleiros (1987) complementa:

Supõe-se que todos os bens que: “atendam” às “necessidades básicas” do homem estejam no mercado: alimentação, moradia, roupa, lazer, educação (em parte), saúde (em parte), transporte (em parte). Os subsídios do Estado têm por objetivo manter o

lucro das empresas que se dedicam em produzir certos produtos essenciais, como tem sido o caso do leite, do pão, do açúcar (FALEIROS, 1987, p17).

Os fatos estudados na contemporaneidade acerca da área educacional buscam desvelar inúmeros caminhos para a Educação Brasileira, estes estudos apresentam como ponto de partida a inquietação das condições em que se estrutura a atual sociedade, porém não se trata apenas de estruturar um modelo de Educação eficiente com imensuráveis recursos tecnológicos e metodológicos, mas manter conservado o modelo organizacional e estrutural da sociedade vigente.

Desta forma, segundo Kreutz (1979, p.1) “significativa parte do questionamento se situa mais em torno do modelo estrutural da sociedade como causa primeira do problema da Educação alienada e privilegiada”. Entende-se então que, para que haja efetivamente mudanças eficazes na atual estrutura educacional é necessário que se faça investimentos significativos na formação escolar de base, porém não apenas para que esta beneficie uma parcela mínima da população, mas sim que contemple toda a sociedade.

O atual modelo de Educação gerido pelo Estado é, concomitantemente, responsável legal pela produção de Políticas Públicas que valorizem e proporcione uma Educação de qualidade, resultando, conseqüentemente, no desenvolvimento da nação, pois através do desenvolvimento da educabilidade dos sujeitos, os mesmos serão responsáveis pelo desenvolvimento da nação, que, com a elevação no nível de conhecimento e criticidade, as mudanças econômicas, sociais e culturais entre outras, irão proporcionar as mudanças necessárias à sociedade. Porém, o sistema educacional e seus setores, naturalmente segundo Mészáros (2008, p.42), “tiveram que de ser adaptados no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital”.

No que concerne aos objetivos da política social, Tennsteot (*apud* OFFE, 1976, p.12) “[...] é objetivo da política social assegurar e melhorar o status sociocultural, num sentido humano integral”. Nesta súmula, coloca-se em evidência a questão da dignidade humana que é semântica para a formação do sujeito enquanto cidadão.

Ainda no que se refere à condição estrutural do Estado diante das responsabilidades sociais, sejam elas voltadas ou não para a Educação, Offe (1984) reforça o que Kreutz (1979), propunha anteriormente, tecendo a seguinte reflexão:

Parece-nos que tanto as definições formalistas quanto as normativas da Política social evitam uma resposta à pergunta que se encontra no centro da discussão atual sobre a teoria do estado que nas ciências sociais é colocada predominantemente por autores de orientação marxista: como surge e a Política estatal (no caso, a política social) a partir dos problemas específicos de uma estrutura econômica de classes,

baseada na valorização privada do capital e no trabalho assalariado livre, os quais são as suas funções que lhe competem (OFFE, 1984, p.13).

A partir destas colocações, entender o Estado e sua estrutura torna-se imprescindível, pois assim é possível compreender as reproduções sociais que estão postas em nossa sociedade, e desta forma, compreender o comportamento da atual organização e reprodução das populações de base que compõe o sistema escolar público que por sua vez, está extremamente sucateado e ultrapassado.

Conforme Offe (1984, p.14), “trata-se, portanto, falando em termos gerais, da questão de como uma sociedade histórica reproduz, de forma idêntica ou não: quais as estruturas e os mecanismos que geram, seja sua continuidade e sua identidade sejam as suas descontinuidades”. Signitariamente, o ser humano, por se constituir como um ser histórico-social e cultural em constante mudança, ao se deparar com estratégias tão bem formuladas, e intrínsecas à sociedade e as suas lacunas invisibilizadas intencionalmente forjam um bem-estar social que se encontra carregado de intenções alienadoras ou não, dos sujeitos que usufruirão destas políticas.

Desta forma, nota-se que ao tecer uma análise crítica e reflexiva da atual sociedade, fica perceptível que o único objetivo da atual política social é de alienar os sujeitos na sua própria ignorância, limitando e aprisionando a um conhecimento restrito de mundo, alimentando com mão de obra ao hegemônico sistema capitalista, que reproduz e segrega as classes, mantendo-se no domínio da sociedade. Assim, segundo Mészáros (2008, p.43), “as determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais”.

Frente à hegemonia posta à sociedade, a Educação é diretamente atingida pelos objetivos que este sistema vislumbra. Sendo assim, a Educação Popular surge como instrumento de emancipação dos povos, independentemente da área do conhecimento que ocorrer, seja no campo social ou até mesmo na construção da identidade que tenha como base a soberania popular.

A Educação Popular é contextualizada em diversos espaços, com o propósito de desenvolver a criticidade nos sujeitos que compõe a sociedade, assim, a Educação Popular deve contemplar de forma prática e teórica para resultar uma metodologia de Educação que, em seu caráter, articula-se aos diferentes saberes populares, buscando a justiça social, que de acordo com Brasil (2014, p.6), a Educação Popular é “uma metodologia de Educação que articula os diferentes saberes as práticas, as dimensões da cultura e dos Direitos Humanos, o compromisso com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais”.

Neste contexto, a Educação Popular, a partir deste momento, objetiva trabalhar as potencialidades dos sujeitos através de sua práxis, assim, a Educação Popular, ao se constituir como um processo educativo visa fortalecer as massas populares na busca da construção da cidadania, articulando este fortalecimento às conquistas visando à justiça social.

Concomitantemente, a partir do momento em que a Educação Popular se fortalece ao se constituir como Política Pública e fortalece os movimentos populares de base que, ao serem fortalecidos, contribuem para a construção e redemocratização das bases teóricas cotidianamente, através das suas intervenções.

A Educação Popular, ao se fortalecer como processo educativo, orienta e busca de forma articulada a emancipação dos sujeitos alienados ao sistema imposto na sociedade que historicamente, segundo Brasil (2014), para que as bases se fortaleçam, é necessário considerar:

Principalmente dois desafios: um conceitual e outro político, em relação ao conceito, ao longo da história brasileira, a Educação Popular se constituiu num termo polissêmico, em determinados momentos ela é referida como o direito de todos à escola, ou seja, a educação do povo e que deve ser assumida pelo Estado (BRASIL, 2014. p.4).

Tendo em vista o caráter de emancipação com que a Educação Popular se constitui, esta se conceitua em uma concepção que se vincula a um projeto de transformação social na qual “a Educação popular é vista como formadora de consciência nacional, de um Projeto de nação soberano e igualitário, potencializador de transformações político-sociais profundas, formadora da cidadania e da relação com o mundo do trabalho” (BRASIL, 2014, p.4).

A Educação Popular decorre dos esforços de históricas lutas pela Escola Pública, que segundo Brasil (2014), os esforços que advém destas lutas iniciam-se com os discursos liberais da Primeira República e ganha força com o advento do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Articula-se então, com novos atores sociais nas décadas de 1950 e 1970, principalmente com os movimentos populares que foram reprimidos pela Ditadura Militar.

Toda e qualquer manifestação popular feita por grupos de defesa ou individuais, neste período, era monitorada, assim como a Educação também foi monitorada pelos militares para que não houvesse quaisquer tipos de ação que fizessem a população pensar e questionar as ações realizadas pelo Governo Militar. Após todo este período de resistência, a Educação Popular passou a ser experimentada e articulada em forma de Política Pública para que pudesse subsidiar processos educativos.

Neste sentido, para entender os questionamentos dos Movimentos Sociais e consequentemente do MST, é necessário entender quais ações e como se caracterizam os Movimentos Sociais.

Para Gohn (1995) os Movimentos Sociais desenvolvem:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p. 44).

A Educação pública e gratuita fundamental no Brasil, através de Políticas Públicas vem sendo implementada ao longo dos anos constantemente, entretanto Dal Ri (2004, p.44), destaca que “essa modalidade do ensino público reproduz a dicotomia característica do sistema escolar, ou seja, essa Educação é destinada às classes populares e pobres, enquanto que para as classes média e alta o Estado estimula a educação Privada”.

Desta forma, para contrapor este sistema escolar, formas organizativas populares, ao longo dos anos constituem-se como perspectivas que objetivam a democracia, cidadania, justiça social e até mesmo o socialismo, formando os sujeitos que os compõe por meio de uma Educação que estimula a consciência crítica, bem como a reprodução dos valores humanos.

Assim, pautada não somente nos princípios supracitados, são formuladas e executadas as bases Pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), na qual a prática Pedagógica está atrelada a suas práxis, bem como, os debates que envolvem o campo político social, possibilitando assim, uma visão mais ampla de todo o movimento. Neste sentido, a Educação no MST tem como um dos seus principais objetivos educacionais:

[...] objetivos de educação geral, escolarização e formação de militantes e técnicos para a atuação no MST. Seu funcionamento está organizado em torno de cursos formais de nível médio, de educação profissional e de formação de professores, criados a partir de demandas apresentadas pelos diversos setores do MST (ITERRA, 2001, p.5).

Para as escolas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a concepção de Educação se distingue de qualquer outro método ou sistema educacional, pois o mesmo leva em consideração inúmeros aspectos, sejam eles ideológicos ou teóricos. Assim, este modelo educacional se torna diferente das demais práxis educacionais, instituindo assim a sua própria prática pedagógica junto ao seu contexto social, para que assim diferencie-se dos demais modelos de ensino capitalista burguês.

No que concerne a esta discussão, Dal Ri e Vieitez (2004) ressaltam que:

[...] o MST percebe que o ensino oficial não atende as necessidades de formação dos seus membros, pois podemos dizer em relação à educação o que já se disse em relação à ideologia, Na sociedade de classes, a educação dominante e a educação das classes dominantes, ainda que a ideologia pedagógica oficial apresente-se travestida na forma de conhecimento, valores e habilidades universais (DAL RI e VIEITEZ, 2004, p.45).

Sendo assim, os esforços para criar um sistema educacional que se diferencie das demais formas organizativas de ensino público é essencial nas instâncias educativas do MST, considerando os inúmeros aspectos levados em conta para a construção de uma nova concepção de mundo, pois as diferenças entre os sistemas educacionais cominam para o sistema burguês vigente, faz-se necessário esclarecer o antagonismo entre a concepção burguesa e a Educação do Movimento Sem Terra, assim segundo Dal Ri e Vieitez (2004):

O ensino ministrado [...] relaciona-se diretamente com a especificidade do militante que o Movimento necessita. Para o Movimento, não basta que o militante tenha formação política, ainda que esta seja essencial. Paralelamente a essa qualidade o

Movimento precisa que o seu membro tenha também capacitações técnica, bem como desenvolva as aptidões necessárias a organização coletiva da vida social, a organização coletiva da produção e de outras atividades econômicas. Esses requisitos derivam de uma característica organizacional insólita do MST no contexto das organizações populares, ou seja, o fato de que três instâncias da realidade social – a política, a econômica e a social- que se encontram separadas nas práticas de outras organizações, no MST encontram-se organicamente reunidas (DAL RI e VIEITEZ, 2004, p.46)

Ou seja, a capacidade metodológica de ensino nas escolas do MST, bem como a sua eficácia na unificação e organização das três esferas sociais, traz aos seus militantes não apenas a capacidade de atuar em uma área restrita da organização social do acampamento/assentamento, mas sim a compreensão das necessidades do mesmo como um todo, proporcionando aos estudantes do modelo educacional destacado formação científica e política, que embasará o caráter questionador do (MST), como salienta (Dal Ri e Vieitez 2004, p.46), “a comunidade do acampamento soluciona, dentro do seu caráter de transitoriedade, vários problemas elementares da vida social, tais como a obtenção e a gestão dos recursos necessários à sobrevivência, a educação, a saúde, entre outros”.

Em consonância, o caráter de organicidade do Movimento Social Sem Terra segundo Dal Ri e Vieitez (2004):

Distingue-se claramente de todas as demais organizações populares clássicas. Ele é um movimento de luta, e ao mesmo tempo, o demiurgo de uma economia distinta da economia burguesa dominante, e um sujeito ativo e até altissonante na luta de classes brasileira (DAL RI e VIEITEZ, 2004, p.46).

Corroborando a ideia, as classes necessitam formar sujeitos que propaguem e carreguem consigo suas ideologias, assim, torna-se essencial que a burguesia para manter a sua hegemonia social, bem como as classes populares e Movimentos Sociais questionadores e militantes da justiça social formem seus intelectuais orgânicos que segundo Gramsci (1982) necessita:

[...] observar que, em geral, na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornam tão complexas, e as ciências se mesclam de tal modo à vida, que toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialmente de nível mais elevado que ensina nestas escolas (GRAMSCI, 1982, p.117).

Neste contexto, a necessidade do Movimento Social - Sem Terra, dispor do seu próprio sistema de ensino e mantê-lo de tal forma que atenda as suas necessidades e possibilite formar seus próprios intelectuais orgânicos populares, intelectuais estes que por sua vez atuarão como articuladores das organizações populares, criando forças para chegar até a classe hegemônica dominante, que conseqüentemente cria seu grupo de intelectuais para

atender as demandas da classe burguesa. Concomitantemente, o MST é caracterizado por ter como parte preponderante da sua formação contendo uma de suas principais características o elemento questionador, para atuarem como meros reprodutores corrompidos pela ideologia burguesa.

Assim, a escola do campo é entendida da seguinte forma:

[...] entende-se por escola do campo aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanência de processo, produzindo valores, conhecimento, tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 63).

Sendo assim, entender o campo sociopolítico em que a escola do campo se encontra, é compreender, então, como se constituem as redes de lutas pela Educação, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico, intelectual, cominando assim na produção de novas tecnologias que levem ao desenvolvimento do país de forma justa e igualitária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, nota-se claramente a necessidade de refletir de forma crítica sobre a reforma do atual sistema de ensino que é indubitavelmente necessária, pois é evidente que apenas reestruturar o atual sistema escolar constitui-se apenas em remediar os problemas em médio prazo e negligenciar os problemas do sucateado sistema educacional a longo prazo, dando continuidade a problemas existentes e por consequência, criar adendos à novos e irremediáveis problemas nos processos de ensino-aprendizagem.

Concomitante, tais processos emergem paradigmas que veladamente constituem-se como mera forma de alienação por meio de um sistema de Educação que apenas busca formar mão de obra com conhecimentos reduzidos e corrompidos pelo sistema capitalista, para atuar no chão das fábricas, reproduzindo conhecimentos limitados socialmente.

Neste sentido, qualquer movimento organizativo social que questione as estruturas do modelo educacional/social vigente, é visto com olhos de deturpação, tendo em vista que, ao questionar o sistema estará fazendo com que a dominação hegemônica perca forças e não exerça dominação sobre o restante da população.

Assim, nota-se claramente que a Educação do Movimento Social Sem Terra (MST) é uma possibilidade, bem como, um modelo para que na construção de um novo Sistema Educacional formem-se bases estruturantes de um modelo educacional de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília-DF: Secretaria Nacional de Articulação Social, 2014.

DAL RI, VIEITEZ, A educação do Movimento dos sem-terra. *Revista de Brasileira de Educação*, 2004.

FIORI, Ernani Maria. **Textos Escolhidos: Educação e Política**. v.2. Porto Alegre: Ed: L&PM, 1991.

FALEIROS. Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e da Assistência Social**. 5 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

GOHN, M. da G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

ITERRA. **Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Instituto de Educação. José de Castro – Projeto pedagógico**. *Cadernos do Iterra*. Veranópolis, ano I, Nº 2, maio.

KOLLING, E. J.; Ir. NERY; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UNB, 1999.

KREUTZ, Lúcio. **Os Movimentos de Educação Popular no Brasil, 1961-64**. Rio de Janeiro, maio de 1979.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 1930. 2. ed.- São Paulo: Biotempo, 2008.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Série II. Rio de Janeiro, 1984.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 31. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.